

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 480.190 - RS (2018/0310543-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ROBSON DE SOUZA - RS068011
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
PACIENTE : LUIZ ALBERTO CANDIA ZARZA (PRESO)

DECISÃO

LUIZ ALBERTO CANDIA ZARZA alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 4ª Região** (Apelação Criminal n. 5001323-79.2015.4.04.7113/RS).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 12 anos, 4 meses e 26 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, c/c o art. 40, I, todos da Lei n. 11.343/2006 – "Operação Dominus".

A defesa pretende, em síntese, que seja reconhecida a atenuante da confissão espontânea em favor do réu.

A liminar foi indeferida e, diante da suficiente instrução dos autos, foi dispensada a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração e, caso conhecida, pela denegação da ordem.

Decido.

O Juiz sentenciante, por ocasião da dosimetria da pena, considerou inviável o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, com base nos seguintes argumentos (fls. 56 e 58):

Não há confissão, tendo o réu, em sua defesa técnica (evento 168), negado a prática do tráfico internacional de drogas.

[...]

Não incide a atenuante da confissão, tendo o réu alegado

Superior Tribunal de Justiça

excludente de culpabilidade para sua participação na organização criminosa.

A Corte regional, por sua vez, manteve inalterada a conclusão de que não seria devida a incidência da atenuante em questão, ocasião em que se reportou aos fundamentos lançados pelo Magistrado de primeiro grau (fl. 66).

Sobre a matéria posta em discussão, certo é que este Superior Tribunal possui o entendimento de que, se a confissão do acusado foi utilizada para corroborar o acervo probatório e fundamentar a condenação, deve incidir a atenuante prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal, sendo irrelevante o fato de a confissão haver sido espontânea ou não, total ou parcial, ou mesmo que tenha havido posterior retratação. Exemplificativamente: **HC n. 358.679/SP**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 31/8/2016).

Confira-se, ainda, o disposto na **Súmula n. 545** desta Corte Superior: "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal."

No caso, verifico que as instâncias ordinárias, **em nenhum momento**, fizeram menção às declarações prestadas pelo réu para concluir pela sua condenação no tocante aos crimes de tráfico de drogas e de associação para o narcotráfico. Ao contrário, o Magistrado asseverou que "a autoria e associação do acusado com os demais envolvidos na organização criminosa restou demonstrada **ao longo dos diversos meses de investigações, corroborada por escutas telefônicas, interceptações de dados e apreensões de entorpecentes**" (fl. 36), com o destaque de que o paciente, em sua defesa técnica, **negou a prática do delito de tráfico de drogas**.

Já no que se refere ao crime de associação para a narcotráfico, a confissão qualificada (o paciente alegou excludente de culpabilidade - fl. 54) foi totalmente **irrelevante** para a formação do convencimento das instâncias ordinárias acerca da prática de ambos os delitos pelo réu, conforme se verifica dos trechos a seguir descritos (fls. 51-54):

[...] **ao contrário do que assinala sua defesa, há**

substanciais provas de que Luiz Alberto Candia Zarza (vulgo "Luizinho") intermediou o envio de mais de 25kg de cocaína, apreendida em 26.06.2011, atuando como gerente operacional de Gilmar Ribeiro (vulgo "Índio").

Veja-se que no dia da prisão em flagrante dos transportadores da carga de droga, às 12h12min46s, Leonir (destinatário da droga) manteve contato com o réu Luiz Alberto Candia Zarza, consoante trecho acima transcrito, referindo que passaria o telefone a Alcides para que, no idioma guarani, combinassem como resolveriam a situação.

Fica claro, portanto, **pelos diálogos interceptados**, que a demora na entrega da partida de entorpecentes ocorreu porque a quantidade encomendada era pouca (18 peças), motivo pelo qual Luizinho teve de tratar também com outro comprador (Alvanir) para enviar o freteiro com 35 peças.

Além disso, Alcides afirmou que também fazia negócios com Gilmar Ribeiro, assim como Leonir. **A prova testemunhal, colhida nos autos da ação penal nº 5000916 - 78.2012.404.7113/RS e aqui regularmente utilizada como prova emprestada, convergiu para a participação do réu Luiz Alberto Candia Zarza na empreitada criminosa que culminou com a apreensão de droga, no contexto de uma associação estável para a traficância internacional.**

[...] Quanto à apreensão dos mais de 25kg de cocaína, tal Policial Federal assim referiu, destacando a participação de Luiz Alberto Candia Zarza (evento 141, AUDIO4; evento 89, TERMOTRANSCDEP3).

[...] **O teor das comunicações telefônicas contraindica que o réu Luiz Alberto Candia Zarza não detivesse pleno conhecimento e consciência da sua participação em uma organização estável**, sediada no Paraguai e com ramificações em diversas cidades do Brasil, para o tráfico internacional de entorpecentes, que culminou com a apreensão realizada em 26/06/2011.

Assim, uma vez que os depoimentos prestados pelo paciente **não foram utilizados** para a formação do convencimento do julgador – que, conforme visto, se valeu dos demais elementos fático-probatórios colacionados aos autos para concluir pela condenação –, não identifico o apontado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima.

Superior Tribunal de Justiça

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** a ordem.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

